

Balanço (SNC ESNL)

092 CENTRO SOCIAL DE CARNIDE

3105-028 CARNIDE

505471515

Anual

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2020	2019
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		1.257.528,33	1.262.388,41
Investimentos financeiros		6.443,89	3.710,97
Activo corrente			
Inventários		1.086,24	1.284,27
Clientes		32.763,36	31.041,32
Estado e outros entes públicos		2.719,76	3.809,70
Outras contas a receber		48.437,44	165.237,18
Diferimentos		2.770,96	2.282,21
Caixa e depósitos bancários		89.600,17	7.351,66
Total do activo ...		1.441.350,15	1.477.105,72
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Capital próprio			
Fundos		14.442,73	14.442,73
Resultados transitados		183.925,48	189.461,84
Outras variações nos fundos patrimoniais		696.203,96	691.656,81
Resultado líquido do período		5.051,15	(5.536,36)
Total do fundo de capital...		899.623,32	890.025,02
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos		371.601,62	377.205,70
Passivo corrente			
Fornecedores		35.845,92	88.515,06
Estado e outros entes públicos		13.493,33	14.719,23
Diferimentos		2.481,72	2.536,37
Outras contas a pagar		118.304,24	104.104,34
Total do passivo...		541.726,83	587.080,70
Total dos fundos patrimoniais e do passivo ...		1.441.350,15	1.477.105,72

CARNIDE, 01 de março de 2021

Contabilista Certificado

JORGE DA SILVA LOPES

CPF 120687420

O Representante Legal

PATRICIA RAQUEL BORGATO AGOSTINHO
Fernando Manuel Lente
Tania da Silva Gaspar
Wilson Lourenço Belmonte
Flavia da Saude Ferreira Comodoro

- **Identificação da entidade**

- **Denominação da entidade:** CENTRO SOCIAL DE CARNIDE, NIPC nº 505471515

- **Lugar da sede social:** TRAVESSA DA FONTE, 4, CARNIDE, 3105-028 CARNIDE

- **Natureza da atividade:** O CENTRO SOCIAL DE CARNIDE exerce a atividade de **ACTIVIDADES DE APOIO SOCIAL PARA PESSOAS IDOSAS**, CAE 87301, a título principal.

É uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), constituída sob a forma de Associação, sem fins lucrativos, que tem por objetivo o apoio à infância e juventude, a pessoas idosas, à família, à integração social e comunitária, entre as restantes conforme Artigo 3º dos Estatutos.

Desenvolve conforme Artigo 4º dos Estatutos as atividades de:

- Creche
- Estrutura Residencial para Idosos (ERPI)
- Centro de Dia
- Serviço de Apoio Domiciliário
- Reinserção Social e Convívios

- **Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

- **Indicação do referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

As presentes Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as entidades sem fins lucrativos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 09 de Março de 2011.

Instrumentos legais da NCRF-ESNL:

Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho - NCRF-ESNL

Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho - Modelos de Demonstrações Financeiras

Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho - Código de Contas

Decreto-Lei n.º 98/2015 de 02 de Junho

Portaria n.º 105/2011, de 14 de Março - Modelos de Demonstrações Financeiras

Aviso n.º 6726/2011, de 14 de Março - NCRF-ESNL

Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho - SNC

- **Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.**

Não foram derogadas quaisquer disposições do NC-ESNL que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da Instituição / Associação.

- **Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.**

a) Os valores constantes demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2020 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do ano anterior.

- **Adoção pela primeira vez das NCRF - Divulgação transitória**

- **Principais políticas contabilísticas:**

a) **Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras;**

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos do CENTRO SOCIAL DE CARNIDE, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.



As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativos Tangíveis	Vida útil
Terrenos e Recursos Naturais	
Edifícios e Outras Construções	10 a 50 Anos
Equipamento Básico	5 a 10 Anos
Equipamento de Transporte	4 a 8 Anos
Equipamento Administrativo	3 a 5 Anos
Equipamentos Biológicos	X a Y Anos
Outros Activos Fixos Tangíveis	3 a 8 Anos

A vida útil e métodos de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados por naturezas.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do período em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

Os ativos fixos tangíveis em curso ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição.

Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para entrar em funcionamento, de acordo com o pretendido pela Direção.

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações.

As despesas de desenvolvimento e manutenção foram reconhecidas como gastos.

O método de amortização utilizado foi o da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado, em sistema de duodécimos.

Ativos Tangíveis	Vida útil
Terrenos e Recursos Naturais	
Edifícios e Outras Construções	10 a 50 Anos
Equipamento Básico	5 a 10 Anos
Equipamento de Transporte	4 a 8 Anos
Equipamento Administrativo	3 a 5 Anos
Equipamentos Biológicos	X a Y Anos
Outros Ativos Fixos Tangíveis	3 a 8 Anos

Provisões e passivos contingentes

As provisões na data do balanço, foram objeto de análise, não havendo motivo ou justificação para que fossem ajustados e estimados outros valores.

Imparidade de ativos

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da entidade com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos

substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou, como locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis, são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam

Custos dos empréstimos obtidos

Neste capítulo é adotada a política de capitalização dos juros dos financiamentos obtidos, quando estão diretamente ligados com os ativos fixos tangíveis em curso.

Inventários Mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO, fórmula de custeio, em sistema de inventário permanente.

Rendimento

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou, a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para Entidade;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

Imposto sobre o rendimento

O tratamento contabilístico dos impostos sobre o rendimento é pelo método do imposto a pagar.

Para as finalidades deste capítulo, o termo "imposto sobre o rendimento" inclui todos os impostos baseados em lucros tributáveis incluindo as tributações autónomas, que sejam devidas em qualquer jurisdição fiscal.

Reconhecimento e mensuração

Os impostos sobre o rendimento para períodos correntes e anteriores devem, na medida em que não estejam pagos, ser reconhecidos como passivos. Se a quantia já paga com respeito a períodos correntes e anteriores exceder a quantia devida para esses períodos, o excesso deve ser reconhecido como um ativo.

Os passivos (ativos) por impostos sobre o rendimento dos períodos correntes e anteriores devem ser mensurados pela quantia que se espera que seja paga (recuperada de) às autoridades fiscais, usando as taxas fiscais (e leis fiscais) aprovadas à data do balanço.



As quantias de impostos sobre o rendimento relacionadas com as transações correntes ou outros acontecimentos geradores de imposto no período, devem ser contabilizadas como um gasto a afetar os resultados.

Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Associados e outras dívidas de terceiros

As dívidas dos associados estão mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade. As dívidas de "outros terceiros" encontram-se mensuradas ao custo.

As dívidas de associados ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo custo.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas "Outros ativos correntes", "Outros passivos correntes" e "Diferimentos".

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémio de produtividade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

b) Outras políticas contabilísticas;

Não são utilizadas outras políticas contabilísticas relevantes.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro; e

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da(do) CENTRO SOCIAL DE CARNIDE.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

- Alterações nas políticas contabilísticas: indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante.

a) Natureza da alteração na política contabilística:

b) Razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante:

- Ativos fixos tangíveis

- Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis:

- a) Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas;
- b) As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos;
- c) A vida útil foi determinada de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.
- d) A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, os abates, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, desenvolvido de acordo com o seguinte quadro:

QUANTIA ESCR.BRUTA	Saldo 31.12.N-1	Adições	Revalor.	Alienações	Abates	Det.p/Venda	Saldo 31.12.N
Terrenos e Rec. Naturais	75.231	0	0	0	0	0	75.231
Edif.Outras Construções	1.425.318	0	0	0	0	0	1.425.318
Equip.Básico	121.360	0	0	0	0	0	121.360
Equip. Transporte	91.912	27.929	0	0	0	0	119.841
Equip. Administrativo	10.988	0	0	0	0	0	10.988
Equip.Biológicos	0	0	0	0	0	0	0
Outros Act.Fixos Tang.	32.790	3.091	0	0	0	0	35.881
TOTAL	1.757.600	31.020	0	0	0	0	1.788.620
DEPRECIAÇÕES ACUM.:	Saldo 31.12.N-1	Adições	Diminuições	Saldo 31.12.N			
Terrenos e Rec. Naturais	0	0	0	0			
Edif.Outras Construções	256.557	28.506	0	285.064			
Equip.Básico	118.674	574	0	119.248			
Equip. Transporte	86.539	6.537	0	93.076			
Equip. Administrativo	9.206	433	0	9.639			
Equip.Biológicos	0	0	0	0			
Outros Act.Fixos Tang.	24.236	2.952	0	27.187			
TOTAL	495.212	39.002	0	534.214			
PERDAS IMPARIDADE	Saldo 31.12.N-1	Adições	Revers.	Saldo 31.12.N			
Terrenos e Rec. Naturais	0	0	0	0			
Edif.Outras Construções	0	0	0	0			
Equip.Básico	0	0	0	0			
Equip. Transporte	0	0	0	0			
Equip. Administrativo	0	0	0	0			
Equip.Biológicos	0	0	0	0			
Outros Act.Fixos Tang.	0	0	0	0			
TOTAL	0	0	0	0			
QUANT.ESCRITURADA							
Terrenos e Rec. Naturais	75.231						
Edif.Outras Construções	1.140.254						
Equip.Básico	2.112						
Equip. Transporte	26.765						
Equip. Administrativo	1.349						
Equip.Biológicos	0						
Outros Ativos Fixos Tang.	8.694						
TOTAL	1.254.406						

e) Quantia e natureza dos bens do património histórico, artístico e cultural.

A instituição/associação não detém bens do património histórico, artístico e cultural.

- Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:

a) Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos; e

O imóvel sito em TRAVESSA DA FONTE, 4, CARNIDE, 3105-028 CARNIDE encontra-se hipotecado à Caixa de Crédito Agrícola Mutuo, para garantia do empréstimo de 590.000,00€ para a construção do mesmo.

b) Os compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis é de acordo com o quadro que se segue:

- Ativos intangíveis

- Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:

a) Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações acumuladas;

b) As amortizações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.

c) Foram determinadas vidas úteis finitas, de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

QUANT.ESCR.BRUTA:	Saldo 31.12.N-1	Adições	Alienações	Abates	Saldo 31.12.N
Goodwill	0	0	0	0	0
Projetos desenvolvimento	0	0	0	0	0
Programas computador	2.231	0	0	0	2.231
Propriedade Industrial	0	0	0	0	0
Outros Ativos Intangíveis	0	0	0	0	0
TOTAL	2.231	0	0	0	2.231
AMORT. ACUM.:	Saldo 31.12.N-1	Adições	Diminuições	Saldo 31.12.N	
Goodwill	0	0	0	0	
Projetos desenvolvimento	0	0	0	0	
Programas computador	2.231	0	0	2.231	
Propriedade Industrial	0	0	0	0	
Outros Ativos Intangíveis	0	0	0	0	
TOTAL	2.231	0	0	2.231	
PERDAS IMPAR.ACUM.	Saldo 31.12.N-1	Adições	Reversões	Saldo 31.12.N	
Goodwill	0	0	0	0	
Projetos desenvolvimento	0	0	0	0	
Programas computador	0	0	0	0	
Propriedade Industrial	0	0	0	0	
Outros Ativos Intangíveis	0	0	0	0	
TOTAL	0	0	0	0	
QUANT.ESCRITURADA					
Goodwill	0				
Projetos desenvolvimento	0				
Programas computador	0				
Propriedade Industrial	0				
Outros Ativos Intangíveis	0				
TOTAL	0				

- Custos de empréstimos obtidos

- Indicação da quantia de custos de empréstimos obtidos

Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de "Financiamentos obtidos" por via da locação financeira (ver nota ?), e empréstimos bancários, apresentava a seguinte decomposição:

Ativos	31.12.N	31.12.N-1
Ativos Fixos Tangíveis	7.741	8.582
Investimentos em Curso - Ativos Tangíveis	0	0
Inventários	0	0
TOTAL	7.741	8.582

É adotada a política de capitalização dos juros dos financiamentos obtidos, quando estão diretamente ligados com os ativos fixos tangíveis em curso (locações financeiras).

	31.12.N	31.12.N-1
Ativos Fixos Tangíveis	0	0
Investimentos em Curso - Ativos Tangíveis	0	0
Inventários	0	0
TOTAL	0	0

- Inventários

- Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada. Mercadorias e matérias-primas As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se mensuradas ao custo de aquisição.

O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio.

O sistema de inventário utilizado é o permanente. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os inventários da entidade, detalham-se conforme quadro que se segue:

Inventários	31.12.N	31.12.N-1
Mercadorias	1.086	1.284
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0	0
Produtos acabados e intermédios	0	0
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0	0
Produtos e trabalhos em curso	0	0
Adiantamento por conta compras	0	0
TOTAL	1.086	1.284
PERDAS POR IMPARIDADE	0	0
TOTAL	1.086	1.284

Quantia de inventários reconhecida como gastos durante o período.

Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, detalham-se conforme quadro que se segue:

	Mercadorias (Ano N)	Materias-primas (Ano N)	Mercadorias (Ano N-1)	Matérias-primas (Ano N-1)
Inventário inicial	1.284	0	1.051	0
Perdas por imparidade em inventários	0	0	0	0
Compras	8.270	0	8.102	0
Subcontratos				
Reclassificação e regulariz. inventários	0	0	0	0
Inventário Final	1.086	0	1.284	0
GASTO DO PERÍODO	8.468	0	7.869	0
	Prod.Acab.interm. (Ano N)	Prod. e trab.em curso (Ano N)	Prod.Acab.interm. (Ano N-1)	Prod. e trab.em curso (Ano N-1)
Inventário Final	0	0	0	0
Reclassificação e regulariz. inventarios	0	0	0	0
Perdas por imparidades acumuladas	0	0	0	0
Inventário Inicial	0	0	0	0
GASTO DO PERÍODO	0	0	0	0

- Rendimentos e gastos

- Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços.

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período:

	Ano N	Ano N-1
Vendas de Bens	10.076	8.930
Prestações de Serviços	300.118	345.820
Juros	0	0
Dividendos	0	0
TOTAL	310.194	354.749
Vendas e Prestaç.Serviços	Ano N	Ano N-1
Mercado Interno	310.194	354.749
Mercado Externo		
TOTAL	310.194	354.749
Vendas (por atividade)	Ano N	Ano N-1
TOTAL	0	0

- Subsídios e outros apoios das entidades públicas

- Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nos fundos patrimoniais.

Descrição	Entidade	Justo Valor inicial	Quantia Escrit. 31.12.N	Demonstração Resultados	Quantia Escrit. 31.12.N-1	Natureza do Subsídio
Construção do Edifício- Sede	ISS (PARES)	644907,30	515.926	12.898	525.004	Não Reembolsável
Construção do Edifício- Sede	Município Pombal	160587,50	128.470	3.212	134.894	Não Reembolsável
Construção do Edifício- Sede	Freguesia Carnide	5000,00	4.000	100	4.200	Não Reembolsável
Construção do Edifício- Sede	Outros	25421,00	20.337	508	21.354	Não Reembolsável
Equipamento Móvel Diverso	ISS (PARES)	46317,00	0	0	0	Não Reembolsável
Viaturas e O. Equipamentos	PRODER	77129,09	1.499	4.707	6.206	Não Reembolsável
Viaturas e O. Equipamentos	Município Pombal	27101,21	25.972	1.129		Não Reembolsável
	TOTAL	11.305.263	696.204	22.554	691.657	

- Instrumentos financeiros

- Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros.

Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros foram as do custo.

- Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor:

- Cotação de mercado (instrumentos com fácil identificação de mercado líquido e regulamentado);
- Principais pressupostos subjacentes aos modelos e técnicas de avaliação geralmente aceites, utilizados para a mensuração dos instrumentos financeiros relativamente aos quais não é facilmente identificável um mercado líquido e regulamentado;
- Justo valor, alterações no justo valor inscritas diretamente na demonstração de resultados e alterações de justo valor inscritas nos fundos patrimoniais, para cada categoria de instrumentos financeiros; e
- Volume e natureza de cada categoria de instrumentos financeiros derivados, principais modalidades, e condições que possam afetar o montante, o calendário e o grau de certeza dos fluxos de caixa futuros.

- Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções das diferentes naturezas de itens de cada rubrica dos fundos patrimoniais.

- Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço:

- a) Quantia das dívidas com duração residual superior a cinco anos; e
- b) Quantia de todas as dívidas cobertas por garantias reais prestadas pela entidade, e indicação da natureza e da forma dessas garantias.

- Benefícios dos empregados

- Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras e número de membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão e alterações no mesmo período ocorridas.

O número médio de empregados foi de 41 e os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Gastos com Pessoal	Ano N	Ano N-1
Remunerações do Pessoal	436.466	448.800
Indemnizações ao Pessoal	0	108
Encargos sobre Remunerações	87.498	94.429
Seguros de Acidentes Trabalho e Doenças Profissionais	4.392	5.187
Gastos de Ação Social	0	0
Outros Gastos com o Pessoal	2.635	1.227
Total	530.990	549.751

A rubrica "Outros gastos" inclui gastos com a medicina no trabalho, formação e EPI's.

- Membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão:

Os Órgãos Sociais são constituídos por 11 membros efetivos e 9 suplentes, repartidos por:

- Direção - 5 efetivos e 3 suplentes
- Conselho Fiscal - 3 efetivos e 3 suplentes
- Mesa da Assembleia - 3 efetivos e 3 suplentes

a) Quantias dos adiantamentos e dos créditos concedidos, taxas de juro, principais condições e quantias reembolsadas, amortizadas ou objeto de renúncia;

b) Compromissos assumidos em seu nome a título de garantias de qualquer natureza, e quantia global para cada categoria; e

c) Remunerações dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão. Conforme a seguir indicado

Gastos com os Membros dos Órgãos Estatutários	Ano N	Ano N-1
Remunerações dos Órgãos Sociais	0	0
Indemnizações aos Órgãos Sociais	0	0
Indemnizações aos Órgãos Sociais	0	0
Encargos sobre Remunerações dos Órgãos Sociais	0	0
Seguros de Acidentes Trabalho e Doenças Profissionais	0	0
Gastos de Ação Social dos Órgãos Sociais	0	0
Outros Gastos com os Órgãos Sociais	0	0
Total	0	0

- Acontecimentos após a data do balanço

- Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço.

O surto do Covid-19 foi classificado com o Pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020 e alastrou também ao nosso País onde foi declarado o Estado de Emergência em 18 de março de 2020. Este surto tem impacto social e económico muito significativo, gerando um elevado grau de incerteza para as empresas e entidades, as implicações podem também ser muito significativas, com efeitos que dependem da

evolução desta pandemia e dos apoios que o governo possa prestar às Instituições de cariz social como são as IPSS, onde se insere o Centro Social de Carnide.

Porém, considerando as circunstâncias de 2020 nas valências encerradas, a quebra de receita dos serviços pagos pelos utentes, a redução de gastos com o aquecimento das instalações, redução de eletricidade com esses espaços, a redução com a alimentação/cozinha e ainda os apoios do governo através da manutenção da comparticipação utentes e dos programas APOIAR, Apoio Extraordinário a Empresas e Trabalhadores por Encerramento de Instalações Letivas e Não Letivas, e ainda por Isolamento Profilático, bem assim como a isenção de contribuições para a Segurança Social sobre as remunerações subsidiadas, não houve um impacto negativo como se admitia pudesse acontecer.

Nestas relevantes circunstâncias, na preparação das demonstrações financeiras de 2020, assumindo o pressuposto da continuidade, declaramos que a manter-se a situação em 2021, pode ser feita a estimativa do efeito financeiro deste acontecimento pelas razões expostas no parágrafo anterior.

Com a publicação do Decreto-Lei nº 6-B/2021, de 13 de janeiro foram suspensas em 15-01-2021 a valência de Creche. A valência de Creche reabriu em 15-03-2021, mantendo-se a valência de Centro de Dia ainda suspensa e com data prevista para a sua reabertura em 05-04-2021.

Assim, o pessoal afeto à valência encerrada, Creche, durante o período inicial ficaram a compensar as horas que tinham positivas em o banco-de-horas, após o que entraram em lay-off, as educadoras a tempo parcial para poderem continuar a dar apoio aos pais dos utentes e preparação/coordenação das atividades, as auxiliares de ação educativa ficaram em lay-off a tempo inteiro. Houve ainda necessidade de colocar em lay-off, nomeadamente trabalhadores de serviços gerais. Conforme previsto no Decreto nº 3-A/2021, de 14 de janeiro, na Resolução do Conselho de Ministros nº 4-A/2021, de 15 de janeiro e no Decreto-Lei nº 6-A/2021, de 15 de janeiro (e respetivas alterações) a Segurança Social comparticipa em 70% do valor a pagar aos trabalhadores em lay-off, e, 50% do valor a pagar às trabalhadoras referente ao período de falta das trabalhadoras para Apoio a Filho até aos 12 anos ou com doença crónica, sob a forma de reembolso subsidiado nos termos e valores a abaixo indicados. Foi ainda mantida a comparticipação da Segurança Social às IPSS, referente aos utentes impedidos de frequentar as respetivas valências de Creche e Centro de Dia durante o período de suspensão provocado pelo Covid-19. Creche de 15/01 a 14/03 e o Centro de Dia de 16/03/2020 e com data prevista para a reabertura em 05/04 como acima foi dito.

1) Subsídios e Outros Apoios das Entidades Públicas às empresas e trabalhadores afetados pelo COVID-19.

a) Lay-Off – O valor recebido e/ou a receber da Segurança Social referente ao pessoal em lay-off ascende a:

- i) Janeiro/fevereiro – 4.359,18€
- ii) Fevereiro/março – 3.333,82€
- iii) Março/abril – 370,50€

b) Subsídio para Apoio a Filho até aos 12 anos ou com doença crónica, por encerramento de estabelecimento de ensino.

- i) Fevereiro – 465,77€
- ii) Março – 1.077,31€ (Aguarda validação ISS)

2) Isenção das contribuições para a Segurança Social referente às trabalhadoras em lay-off e durante o período de duração do mesmo, bem como redução de 50% referente ao período de falta das trabalhadoras para Apoio a Filho até aos 12 anos ou com doença crónica, por encerramento de estabelecimento de ensino.

- i) Janeiro – 452,99€
- ii) Fevereiro – 2.151,68€ + 201,31€
- iii) Março – 1.069,47€ + 407,62€

3) Comparticipação ISS referente a utentes durante o período de suspensão das valências de Creche e Centro de Dia.

- i) Janeiro – 5.894,92€ + 2.666,62€
- ii) Fevereiro – 9.354,18€ + 2.666,62€
- iii) Março – 9.354,18€ + 2.666,62€

- Outras divulgações

- Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

Finalmente, após 9 (nove) anos, foi paga pela Segurança Social a dívida no valor de 34.561,22€ referente ao restante subsídio do Projeto PARES I/857, que se arrastava desde a conclusão das instalações em setembro de

Demonstração Resultados (SNC ESNL)

092 CENTRO SOCIAL DE CARNIDE
3105-028 CARNIDE
505471515

Anual

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	+	310.194,04	354.749,14
Subsídios,doações e legados à exploração	+	397.337,87	410.755,61
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	8.468,23	7.868,59
Fornecimentos e serviços externos	-	151.154,13	195.250,34
Gastos com o pessoal	-	531.153,44	549.887,91
Outros rendimentos	+	37.300,96	47.237,46
Outros gastos	-	2.262,71	18.179,41
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		51.794,36	41.555,96
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-	39.001,93	38.510,38
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		12.792,43	3.045,58
Juros e gastos similares suportados	-	7.741,28	8.581,94
Resultado antes de impostos		5.051,15	(5.536,36)
Resultado líquido do período		5.051,15	(5.536,36)

CARNIDE, 01 de março de 2021

Contabilista Certificado

JORGE DA SILVA LOPES
NIF: 120887167
TUP: 2194755

O Representante Legal

Patrícia Raquel Paqueto Agostinho

Fernando Manuel Lito

Tânia da Silva Gaspar

Maria da Saude Ferreira Gomes Ferrnandos

Nelson Domingues Bernardes

